



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva *Ações Inclusivas de Sucesso*

Belo Horizonte
24 a 28 de maio de 2004

Realização:



Mesa Redonda “Educação Inclusiva – Formação de Professores”

UMA RELEITURA DE PAULO FREIRE A CAMINHO DA INCLUSÃO SOCIAL

Carlos Alberto Marques

Núcleo de Educação Especial/Universidade Federal de Juiz de Fora

Mestrado em Educação/Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora

Rosilene de Oliveira Pereira

Núcleo de Educação Especial/Universidade Federal de Juiz de Fora

Regina Coeli Barbosa Pereira

Núcleo de Educação Especial/Universidade Federal de Juiz de Fora

Ana Cecília Alves Pifano Baptista de Oliveira

Núcleo de Educação Especial/Universidade Federal de Juiz de Fora

Katiuscia Cristina Vargas Antunes

Núcleo de Educação Especial/Universidade Federal de Juiz de Fora

Anderson dos Santos Romualdo

Bolsista Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Núcleo de Educação Especial/Universidade Federal de Juiz de Fora

Adriana Marques Ferreira

Núcleo de Educação Especial/Universidade Federal de Juiz de Fora

Maria Cristina Garcia Lima

Núcleo de Educação Especial/Universidade Federal de Juiz de Fora

Gilmara Cristina dos Santos

Núcleo de Educação Especial/Universidade Federal de Juiz de Fora

Rua Professor José Ribeiro 268, Santana. CEP 36.037-200 - Juiz de Fora – MG

Telefone: (032) 3229-3667

E-mail: cmарques@faced.ufjf.br

UMA RELEITURA DE PAULO FREIRE A CAMINHO DA INCLUSÃO SOCIAL ¹

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em 19 de setembro de 1921, na cidade de Recife, em Pernambuco. Filho de Joaquim Temístocles Freire, tenente do exército, e de Edeltrudes Neves Freire, dona-de-casa. Segundo ele próprio relatava, foi alfabetizado por seus pais, à sombra da mangueira, no quintal de sua casa. Com a crise de 1929, Paulo Freire, seus pais e irmãos mudaram-se para Jaboatão, cidade próxima a Recife. Em 1934, ganhou uma bolsa de estudos no Colégio Oswaldo Cruz, dirigido pelo professor Aluísio Pessoa, em Recife. Aos 21 anos Freire já ministrava aulas de Português neste mesmo colégio.

Freire ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco em 1943, universidade esta que foi palco histórico de lutas políticas e idéias renovadoras no cenário brasileiro.

Casou-se com a professora Elza Maria Costa de Oliveira em 1944, com quem teve cinco filhos. Ainda na década de 40, Freire assumiu o cargo de diretor do setor de Educação e Cultura do recém criado SESI (Serviço Social da Indústria, instituído pela Confederação Nacional das Indústrias), tendo ali seu primeiro contato com a classe operária e a alfabetização de adultos.

Formado em Direito em 1959, nunca exerceu a profissão devido ao seu primeiro caso, o qual ele julgou ser uma injustiça com outro profissional, um dentista na iminência de perder seu instrumento de trabalho por causa de dívidas financeiras.

Em 1961, escreveu *Educação e Atualidade Brasileira*, seu primeiro livro, que não foi publicado na época e que lhe rendeu o cargo de professor efetivo na Universidade de Pernambuco em História e Filosofia da Educação. Após defender tese de livre docência, em 23 de abril de 1962, ganhou ainda seu título de doutor.

Paulo Freire tomou posse como Conselheiro Pioneiro do Conselho Estadual de Pernambuco em novembro de 1963, na época do governador Miguel Arraes. Nesse mesmo período foi membro do Movimento de Cultura Popular do Recife e coordenou o

¹ Este trabalho é fruto do projeto “Uma leitura crítica da Educação Especial a caminho da inclusão”, financiado pelo CNPq.

Programa Nacional de Alfabetização do governo João Goulart. Esse trabalho de alfabetização de adultos causou um certo incômodo às forças conservadoras, devido ao momento histórico que o país atravessava. Neste cenário, Freire firmava-se como educador progressista tendo em vista que, com seu método de alfabetização, aumentaria o eleitorado brasileiro e as forças conservadoras perderiam espaço político isto impulsionaria o país à democracia.

Com o Golpe de 1964, Freire foi considerado subversivo por sua ação política de alfabetizar conscientizando; com isso, foi preso durante 72 dias em celas desumanas.

Exilou-se aos 43 anos na Bolívia, mas sua família permaneceu no Brasil. Porém, 15 dias depois houve um golpe na Bolívia, fato que o levou a mudar-se para o Chile, que era naquele momento, o único país democrático na América Latina. Nesse tempo, perdeu sua mãe e amigos, que participavam do Programa Nacional de Alfabetização, muitas destas vítimas das torturas por parte da ditadura militar.

Sua experiência com a sociedade chilena o fez pensar na experiência brasileira, e foi por aí que se originou o livro *Pedagogia do Oprimido* (1967-1968), no qual refletiu sobre sua prática como educador num compromisso de libertação humana, construída no diálogo e na luta por transformações sociais. Este livro teve sua primeira edição em inglês (1970), depois em espanhol, italiano, francês, alemão, holandês, sueco, estendendo-se à África, Ásia e Oceania, e só em 1975 foi editado em português.

Freire, então, deixou o Chile e foi convidado a trabalhar como professor da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América e como consultor especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas em Genebra, na Suíça. Aceitou primeiramente o convite dos Estados Unidos e depois o da Suíça, onde viveu 10 anos, vindo a ser reconhecido mundialmente. Nesse cargo teve oportunidade de ir a diferentes países, entre eles a África, onde trabalhou assessorando a alfabetização de Jovens e Adultos, envolvendo-se, então, com países pobres e destruídos.

Com a anistia, Freire retornou ao Brasil, que vivia uma abertura política (1980) e pôde reafirmar suas críticas ao que ele denominou “Educação Bancária”, numa perspectiva crítico-dialógica, ou seja, uma educação democrática que é o seu fundamento ideológico.

A partir dessa década trabalhou como professor da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), mas continuou

a viajar pela Europa e Estados Unidos. Foi outorgado com o título de Doutor *Honoris Causa* por sete universidades.

Em 1986 morre sua esposa Elza, vítima de um enfarte, o que deixou Freire muito desestabilizado emocionalmente. Anos mais tarde casou-se pela segunda vez com Ana Araújo, uma ex-aluna, reencontrando o gosto pela vida.

Entre 1989 e 1991, Paulo Freire assume a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo na gestão da prefeita Luíza Erundina, do Partido dos Trabalhadores. Em 1991 lança a primeira edição do seu livro *Educação na cidade*, fruto da sua gestão na Secretaria de Educação da cidade de São Paulo.

Freire, ao longo de sua trajetória no setor educacional, recebeu vários prêmios, dentre eles: “Prêmio Unesco da Educação para a Paz” (1986); “Prêmio Andres Bello” da Organização dos Estados Americanos, como educador dos continentes (1992); “Prêmio Rei Balduino para o desenvolvimento” (1980).

Na madrugada de 2 de maio de 1997, Freire morre, aos 75 anos, vítima de um enfarte agudo do miocárdio. Suas lutas e seus ideais permanecem vivos na sociedade mundial.

A sociedade sempre se apresentou preconceituosa e com práticas discriminatórias numa trama de relações onde o tratamento diferenciado aos portadores de deficiência constitui o maior de todos os exemplos.

A problemática vivida pelos portadores de necessidades especiais demonstra que os conceitos e as práticas vivenciadas nessa sociedade são determinadas pela ideologia dominante.

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal, anda solto no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural passa a ser ou virar “quase natural”.

A realidade é assim mesmo, que podemos fazer? é uma frase que expressa bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora. É exatamente por causa disto que se deve estar advertido do poder do discurso ideológico que tem autoridade de persuasão indiscutível, visto que nos ameaça de anestesiar a mente, de confundir a curiosidade, de distorcer a percepção dos fatos, das coisas e dos acontecimentos.

Associada à concepção funcionalista de sociedade, está, a idéia de corpo saudável e produtivo. Um corpo deficiente é considerado um corpo doente e improdutivo sobre o qual as relações de poder têm alcance imediato. Elas investem nele, o dirigem, obrigam-no a situações determinadas por um conceito social mais abrangente. Esse investimento ético-político no corpo está ligado à sua utilização econômica. Pensar assim é desacreditar na capacidade do homem de manifestar-se como ser no mundo. É negar-lhe, como acredita Freire, a condição de sujeito, de participar da dinâmica da sociedade. É colocar o portador de deficiência como um ser incapaz, de tratá-lo como animal, negando-lhe sua própria subjetividade. Nesta perspectiva Freire (1987, p.121) afirma:

que os homens são seres da práxis. São seres do quefazer, diferentes, por isso mesmo, dos animais, seres do puro fazer. Os animais não 'admiram' o mundo. Imergem nele. Os homens, pelo contrário, como seres do que fazer emergem dele e, objetivando-o, podem conhecê-lo e transformá-lo com seu trabalho.

A deficiência assume a marca da incapacidade produtiva e da dependência econômica, fazendo de seus portadores seres inadaptados aos padrões de aceitabilidade com que a sociedade classifica os seus membros.

A análise da dinâmica social precisa se processar para que se possa melhor conhecer as relações e as correlações de forças que formam esse todo social, ou seja, deve ser enfocada sob o prisma dialético da totalidade *versus* particularidade, uma vez que nenhum fato ou fenômeno se justifica por si mesmo, isolado da trama onde é gerado e se desenvolve.

A caracterização da deficiência como anormalidade constitui uma formação discursiva, a qual traz implícito o referencial de normalidade como parâmetro para tal caracterização. O que está em julgamento é a apologia do normal. A anormalidade não passa, pois, do contraponto necessário para a construção do sentido de normalidade.

Considerada como uma patologia social, a deficiência, bem como todos os outros casos de desvios da normalidade constituem objeto permanente de vigilância e de exclusão de seus portadores do convívio social. Tais pessoas constituem uma categoria historicamente oprimida e discriminada. Vítimas da rejeição e/ou da compaixão social, estiveram sempre à margem do convívio com os cidadãos considerados normais.

A sociedade, ao colocar as pessoas deficientes numa condição de inferioridade corpórea e de incapacidade produtiva, acaba por gerar uma estratificação social com limites muito claros quanto às possibilidades de realização pessoal, profissional e afetiva de seus membros. Esta mesma sociedade estabelece as funções de cada indivíduo e determina quem pode e quem não pode desempenhar os diversos papéis sociais. Um corpo com órgãos deficientes traz prejuízo funcional ao corpo social, acarretando a marginalização dos deficientes, considerados como “desviantes”.

Esse jogo de forças que acontece na dinâmica social expressa que a sociedade está impregnada de ideologias, de preconceitos e de um espírito de competição, que por prepotência dos ditos “normais”, procura estabelecer os limites do outro, como se esse fosse um inválido e, conseqüentemente, um ser digno apenas de “caridades” marginalizadoras e humanamente humilhantes.

Mas o homem tem a capacidade de ir além das fronteiras, sendo esta uma das significativas vantagens dos seres humanos, ou seja, a de se terem tornado capazes de ir mais além de seus condicionantes.

É fundamental que o homem assuma o outro como sujeito. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever, por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar”. Saber que devo respeito à autonomia, à dignidade e à identidade [...] e na prática procurar a coerência com este saber, me leva inapelavelmente à criação de algumas virtudes ou qualidades sem as quais aquele saber vira inautêntico, palavreado vazio e inoperante”. (FREIRE, 1996, p.69)

Não se pode cruzar os braços fatalisticamente diante da situação de opressão, de negação do homem à sua vocação ontológica de ser sujeito, esvaziando a responsabilidade no discurso de mudar, porque a realidade é mesmo assim. O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tomada como fado ou sina é, no entender de Paulo Freire, um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir. “A adaptação a situações negadoras da humanização só pode ser aceita como conseqüência da experiência dominadora ou como exercício de resistência, como tática na luta política”. (FREIRE, 1976, p.34)

Quanto mais se impõe ao homem a passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tende a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada.

Na medida em que essa visão anula o poder criador dos homens ou minimiza, estimula sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfazendo aos interesses dos opressores, que para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, sua transformação, pois o seu humanitarismo e não humanismo está em preservar a situação de que a generosidade a que se refere por isso mesmo é que reage, até instintivamente, contra qualquer tentativa de um pensar autêntico que não se deixa emaranhar pelas visões parciais da realidade, buscando sempre os nexos que prendem um ponto ao outro ou um problema a outro. (FREIRE, 1992, p.19)

Tal reflexão nos remete ao conceito freireano de inconclusão. A consciência do homem de seu inacabamento é que o distingue dos demais seres vivos. É, portanto, condição *sine qua non* de ser humano.

A inconclusão, a consciência do inacabamento, a busca de uma condição melhor é a principal característica do homem. Ele está em constante processo de transformação, de seu fazer-se homem. Em momento algum Freire deixa de fora a condição humana de sujeito histórico.

Em relação à deficiência, a concepção freireana de inacabamento desloca o sentido da incapacidade para o de promoção do ser humano engajado como sujeito histórico; independentemente de sua condição física, mental ou sensorial. “Ser inacabado” não pode, à luz do pensamento de Paulo Freire, ser entendido como “ser deficiente”.

Faz-se necessário reconhecer o homem como sujeito histórico, capaz de inserir-se na realidade histórica de forma crítica, atuando no mundo, criando e recriando a sua existência, baseando-se no seu cotidiano. Para Freire, o homem só se conscientiza quando está no mundo, quando toma como sua a responsabilidade de participar e coparticipar com os outros. É nessa situação que o homem se torna homem, que atua no cotidiano da história, que se constrói junto com o outro, de forma coletiva. “A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para sermos anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos”. (FREIRE, 2001, p.28)

A conscientização é concebida como um ato de conhecimento, compreensão do mundo real que cerca o homem. Por ela, o homem adentra as causas profundas dos

acontecimentos da realidade social e por conhecê-las tende a se comprometer com a realidade, sinalizando o tipo de sociedade e de mundo que se acha comprometido em construir. Assim, os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação. A realidade, ao ser transformada, passa a ser uma realidade dos homens em processo de permanente libertação tanto dos oprimidos quanto dos opressores.

Isso acarretará uma ação profunda através da qual:

se enfrentará, culturalmente, a cultura da dominação, que acontecerá num primeiro momento por meio da mudança da percepção do mundo opressor por parte dos oprimidos e num segundo momento pela expulsão dos mitos criados e desenvolvidos na estrutura opressora e que se preservam como espectros míticos, na estrutura nova que surge da transformação revolucionária (FREIRE, 1987,p.41-2).

Dessa forma, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. É uma exigência existencial, é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado. É mister que o pensar seja verdadeiro para que se tenha um diálogo também verdadeiro e crítico, objetivando superar, assim, a contradição que se instaura entre opressor-oprimido.

Nesta perspectiva, o processo de formação de professores precisa ser ressignificado no sentido de formar educadores críticos da realidade social e comprometidos com a sua transformação. Para tanto, é imprescindível que a prática pedagógica, os currículos e a educação como um todo contemplem a temática da diversidade humana como o princípio norteador do processo educativo, rompendo com todas as barreiras que impedem que a “diferença” seja, efetivamente, aceita e assumida na sua totalidade.

As considerações ora tecidas sobre o pensamento de Paulo Freire nos autorizam a afirmar que o eminente educador brasileiro posicionou-se, mesmo sem empregar o termo inclusão, no ideário inclusivista, uma vez que todo o seu discurso refletiu uma postura anti-discriminatória e a favor do reconhecimento e do respeito pela diferença. Homens, mulheres, deficientes, não-deficientes, crianças, jovens, adultos, enfim, todos, indistintamente, precisam participar do processo de mudança.

Acreditar numa sociedade mais justa, mais humana e mais igualitária significa estar inserido na luta pela superação da relação opressor-oprimido, luta esta em que, por uma questão de princípio, ninguém pode estar de fora.

Acreditar na transformação do mundo pelos caminhos freireanos, da comunhão, do diálogo, da conscientização é acreditar na capacidade de todos os seres humanos alimentarem juntos o ideal utópico da mudança, no qual a inclusão é, nos nossos dias, um dos maiores de todos os sonhos: uma realidade onde opressores e oprimidos se façam, de fato, livres dos elos aprisionantes do preconceito, da discriminação e da injustiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 5ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Política e educação*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.